

Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

Local: Sindicato dos Bancários – Londrina – PR

Data: 06 de Dezembro de 2016

Horário: 08h00 horas (1ª convocação) - 08h30 (2ª convocação)

1 Aos seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis foi realizada reunião
2 ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social na sede do Sindicato dos Bancários,
3 situada à rua Rio de Janeiro, 854 – Centro, na cidade de Londrina/PR. Os participantes desta
4 reunião foram registrados em lista de presença, devidamente assinada e arquivada. A reunião
5 é iniciada em segunda chamada, às oito horas e quarenta e quatro minutos com a aprovação
6 da pauta: **1. Apresentação e aprovação da pauta; 2. Leitura e aprovação de atas; 3.**
7 **Aplicação do IGD BF - CMAS; 4. Recomposição da Mesa Diretora; 5. Informe SMAS sobre**
8 **repasso às entidades; 6. Apreciação do Calendário 2017; 7. Relato de Comissões; 8.**
9 **Informes.** Valmirete faz a leitura dos pontos de pauta questionando se há alguma alteração.
10 Conselheira Tatiane solicita inclusão de ponto sobre Declaração para o MDSA e sua inclusão
11 foi deliberada, ficando a pauta aprovada: **1. Apresentação e aprovação da pauta; 2. Leitura**
12 **e aprovação de atas; 3. Aplicação do IGD BF - CMAS; 4. Recomposição da Mesa Diretora;**
13 **5. Informe SMAS sobre repasse das entidades; 6. Apreciação do Calendário 2017; 7.**
14 **Relato de Comissões; 8. Declaração CMAS para MDSA; 9. Informes.** A conselheira Luana
15 Garcia questiona sobre a realização de uma nova reunião extraordinária para aprovação de
16 atas. Tércia Lamônica sugere a data do dia vinte de dezembro. Adriana Casagrande sugere a
17 data do dia dezesseis de dezembro. Após discussões foi deliberado que a reunião será
18 realizada na data de vinte de dezembro de dois mil e dezesseis. Passou-se ao ponto **2. Leitura**
19 **e aprovação de atas;** Eliane Pagani faz a leitura da ata da reunião do dia doze de julho de
20 dois mil e dezesseis e, após discussões, sugestões e alterações a ata foi aprovada. **3.**
21 **Aplicação do IGD BF – CMAS.** Conselheira Gisele Tavares faz a contextualização do ponto
22 discutido na reunião do dia vinte e nove de novembro sobre este ponto e a mudança do
23 percentual de três para cinco por cento do valor que deve ser repassado para o fortalecimento
24 das ações do controle social. Refere que nas discussões foram apontadas a possibilidade de
25 reforma do Centro de Assistência também para utilização do CMAS, mas que também há
26 algumas dificuldades na aquisição de equipamentos. Gisele cita que a comissão de fundo já
27 fez algumas discussões, que se entende não haver ainda condições de deliberar pelo recurso
28 para essa finalidade, mas ser importante sinalizar as possibilidades e que Eliane Pagani já fez
29 uma tabela de necessidades e valores. Márcia Paiva solicita a palavra e contextualiza a
30 transição da instância de controle do Bolsa Família para o CMAS. Cita a apresentação do
31 planejamento feito pela equipe atual de controle composta pela assistência, saúde e educação,
32 que este foi deliberado de forma favorável por este conselho e a possibilidade de reforma do
33 Centro de Assistência, sendo solicitado um estudo sobre a viabilidade que o conselho se
34 comprometeu em fazer. Márcia informa que ainda não foi possível fazer o planejamento da
35 reforma com o levantamento de atas de registro de preços e solicita constar em ata que
36 resgatou as deliberações da reunião anterior, retomando ainda aspectos apontados em relação
37 aos custos do serviço, se referindo aos cadastradores, as despesas fixas e que, na comissão
38 de fundo a análise remete que os recursos da fonte externa e fonte livre, desconsiderando os

Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

39 saldos (superávit), não são suficientes para manutenção cotidiana quando já estiver sendo
40 executado o contrato dos cadastradores, havendo necessidade de retomada e análise do
41 planejamento anterior. Também observou que o estudo em relação à reforma para uma
42 possibilidade de economia de aluguel foi encaminhado à SMAS pois demandará outras
43 análises, como apontado na reunião anterior pela Gerência de Transferência de Renda,
44 considerando as decisões de atendimento descentralizado ou centralizado em relação ao
45 espaço. Ainda foi feito o questionamento sobre quem compartilharia o espaço. Gisele faz a
46 explicação sobre as atas de registro de preços da Prefeitura para manutenção e reforma
47 predial. Fala que é necessário o levantamento das atas em vigência em que a Assistência
48 Social está contemplada. Valmirete faz questionamentos sobre qual seria a utilização do prédio
49 do Centro de Assistência. Sandra Nishimura fala sobre todas as necessidades que hoje
50 existem pelos serviços e pela gestão para utilização do espaço. Renata pontua que o termo de
51 referência deve ser pensado a partir do trabalho a ser executado e não a partir apenas da
52 necessidade de reforma do espaço, sendo primordial definir onde serão realizados os
53 cadastros, se nos CRAS ou em uma central. Márcia faz pontuações sobre a necessidade de
54 agilizar as providências e de outras possibilidades já pensadas e discutidas por este conselho
55 como o retorno da SMAS e do CMAS para o prédio da prefeitura ou a cedência de outros
56 prédios públicos para utilização. Eliane fala sobre as necessidades hoje de organização dos
57 espaços do CMAS, tais como, sala para trabalho administrativo, trabalhos das comissões,
58 reuniões e arquivo. Renata retoma a discussão da instância de controle do Programa Bolsa
59 Família, que não está recebendo o recurso de cinco por cento, o esvaziamento da instância de
60 controle e que o que foi decidido pelo CMAS também não avançou. Márcia faz as pontuações
61 da participação dela na instância. Solicita que conste em ata que observou que o CMAS
62 deliberou que a mesma fosse representante deste conselho, que, inclusive, entregou para
63 Ivana Rodolpho por escrito sua disponibilidade de dias e horários e, até essa data não recebeu
64 nenhum contato em relação à reunião ou ao tema. Márcia ressaltou, ainda, que não se recorda
65 de ter sido informado, após essa data, que a instância de controle não existia mais, também
66 retomou que esse conselho deliberou sim várias vezes sobre a instância de controle, que
67 deveria continuar existindo da mesma maneira, com sua representação quanto a este
68 conselho, e que o CMAS observaria a resolução nacional em relação ao prazo estabelecido,
69 que remete a 2017. Sandra Nishimura pontua as possíveis alterações na composição do CMAS
70 com a mudança de gestão, mas que a sociedade civil continuará e poderá já ser deliberado
71 quem participará da instância de controle, assumindo em 2017. Márcia pontua a necessidade
72 de observar a legislação para ver a composição desta instância. Eliane refere que não há
73 impeditivo para apreciação e deliberação do planejamento do CMAS, mesmo que seja no
74 percentual anteriormente deliberado de três por cento e reforça que o CMAS hoje não tem
75 estrutura para assumir a instância de controle. Márcia reflete sobre o processo de transição da
76 instância, que sabe das responsabilidades que o CMAS deverá assumir e precisará buscar
77 estratégias, e que este conselho nunca se eximiu de discutir isso. Telcia propõe que seja
78 retomada a apresentação do plano de aplicação pela Eliane e que deverá ser construída a
79 proposta de atuação deste Conselho como Instância de Controle Social do Programa Bolsa
80 Família, a partir da Resolução Nacional e do novo Regimento Interno deste Conselho. Eliane

Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

81 faz a apresentação do planejamento de aquisição de móveis e equipamentos para o CMAS
82 justificando a sua necessidade. Sandra Nishimura atenta para a necessidade de caixa de som
83 para uso de microfone e Márcia sugere equipamentos para gravação das reuniões. Tércia
84 reforça que o planejamento dependerá do espaço que será ocupado pelo CMAS. Renata
85 retoma que o prazo para envio do planejamento, resolução e demais documentos para uso do
86 IGD/BF para o governo estadual é dia dezanove de dezembro. Valmirete retoma a proposta de
87 incluir no planejamento os equipamentos sugeridos e solicita a aprovação do planejamento
88 apresentado pelos conselheiros presentes. Ivana reforça que, embora aprovada a proposta
89 esta deverá ser retomada no próximo ano levando em consideração o espaço destinado às
90 reuniões dos conselhos no prédio da Prefeitura após a reforma. **5. Informe SMAS sobre**
91 **repassé das entidades;** Gisele solicita meia hora para a apresentação do ponto. Tatiane Fonte
92 apresenta primeiramente a planilha de saldos nas contas das entidades tendo como base o dia
93 trinta e um de outubro no Sistema SIT do TCE. Durante a análise dos saldos foram pontuados
94 alguns motivos pelo acúmulo observado nas contas de algumas entidades. No que se refere à
95 Instituição de Longa Permanência - ILPI São Vicente de Paulo foi pontuado ser necessário
96 verificar a aplicação dos recursos. Tatiane informa que, dos recursos de fonte livre, o Equiplano
97 prevê o repasse com atraso no dia dezesseis de dezembro. Márcia e Sandra Nishimura
98 questionam sobre o saldo reduzido constante nas contas do PROVOPAR e Gisele esclarece
99 que, depois do dia trinta e um de outubro, foi repassada parcela para entidade, sendo incluída
100 na planilha os valores de repasses mensais da fonte livre recebidas pelo PROVOPAR. Tércia
101 faz esclarecimentos sobre as parcelas de novembro e metade do valor de dezembro recebidas
102 pela entidade. Márcia questiona sobre a APP Vida e Tércia informa que as pendências estão
103 acertadas, incluindo a parcela da Operação Noite Fria, estando pendente apenas a parcela de
104 dezembro. Em relação aos recursos de fonte externa, Gisele apresenta os valores que foram
105 pagos e quantas parcelas isso representa, tendo diferença para algumas entidades visto o
106 recebimento de parcelas em atraso de outros anos ou parcelas que haviam sido bloqueadas
107 visto a mudança das fontes com a alteração da forma de cofinanciamento. Houve a informação
108 de que foi efetuado repasse a menor ao PROVOPAR no início do ano sendo causado pelo fato
109 de pendências de documentação e diferença frente à parcela empenhada em 2015. Esses
110 valores estão sendo repassados juntamente com a última parcela deste ano. Eva questiona
111 sobre a existência de pendências de repasses para entidades de fonte externa, tendo a
112 possibilidade de restar saldos nas contas destas fontes. Refere que a preocupação se faz
113 devido à dificuldade de aprovação do orçamento na Câmara, sugerindo o pagamento, ainda
114 este ano, de todas as entidades que podem receber estes recursos. Tércia esclarece sobre o
115 pedido de liminar para recebimento de parcelas atrasadas do MDSA, que o Juiz entendeu a
116 situação, mas que é necessário aguardar a manifestação daquele Ministério. Realizadas
117 discussões referentes à inconstância dos repasses federais e o cenário para janeiro de dois
118 mil e dezessete. Gisele fala sobre o processo de aditivo dos convênios para recebimento dos
119 recursos estaduais. Tércia pontua que, quanto aos repasses de recursos municipais, embora
120 tenha sofrido atraso na data, estão sendo repassados regularmente todos os meses.
121 Conselheiro Carlos da Silva questiona se é possível convidar as entidades que não têm
122 conselheiros eleitos para esta gestão para participar das reuniões. Esclarecido que todos

Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

123 recebem a pauta com o convite e o espaço é aberto à participação. Valmirete passa para o
124 ponto **4. Recomposição da Mesa Diretora**. Contextualiza sua participação no CMAS e a
125 dificuldade de dar continuidade devido às mudanças no seu horário de trabalho, colocando a
126 possibilidade de deixar de ocupar a presidência nesta gestão. Refere sobre a preocupação da
127 recomposição do conselho e a importância de os representantes da sociedade civil ocuparem
128 este cargo neste momento de transição. Passou a relatar a reunião realizada com
129 representantes não governamentais ocorrida na data de cinco de dezembro e os debates
130 realizados. Pontua seu apreço pelo trabalho que realiza no conselho, que há uma proposta de
131 mudança de horários das reuniões para que ela possa dar continuidade ao mandato até a
132 realização da conferência municipal de assistência social, em dois mil e dezessete. A proposta
133 é a mudança do horário da reunião para às treze horas e trinta minutos até as dezessete horas
134 e trinta minutos. Márcia Valim pontua que quanto à realização de reuniões no período noturno,
135 conforme proposto nas conferências anteriores, foram feitas tentativas mas houve
136 esvaziamento das reuniões, inviabilizando a proposta. Conselheira Sílvia Helena fala sobre a
137 realização das reuniões na zona oeste por não ter sido tão contemplada neste ano e facilita a
138 participação da presidente. Rosana questiona sobre a manutenção da reunião às terças feiras,
139 tendo em vista sua impossibilidade de participação caso seja alterado o horário. Márcia pontua
140 que houve manifestação de técnicos representantes da sociedade civil eleitos neste conselho
141 em assumir a presidência, mas que há dificuldades institucionais e que é importante o rodízio
142 de entidades ocupando o cargo. Tércia reforça que entende que a sociedade civil deveria
143 sempre ocupar a presidência e, considerando o esforço da Valmirete, reforça a proposta de
144 mudança de horário para que ela continue seu mandato. Após as discussões os conselheiros
145 presentes deliberam pela mudança. Gisele sinaliza a necessidade de verificar com a
146 conselheira Rosana a possibilidade de participar das reuniões às terças-feiras. Sandra
147 Nishimura fala da sua dificuldade de permanecer até o fim da reunião nestes dias também.
148 Ivana pontua não poder participar neste horário da tarde. Sugerida a mudança para as quartas-
149 feiras. Eliane Pagani ressalta a necessidade de cuidado para não chocar as datas com as
150 semanas em que tem reunião do CMDCA. Conselheira Liliane Lankaites refere também o
151 choque com a agenda do COMAD. Márcia reforça a necessidade de articulação dos suplentes
152 quando os titulares estiverem impedidos de participar das reuniões. Juliana Rodrigues também
153 refere sobre as datas do grupo de estudos dos SCFV. Após as pontuações ficou deliberado
154 pelo conselho que as reuniões irão acontecer na segunda e quarta quartas-feiras de cada mês,
155 no horário das treze e trinta às dezessete e trinta, com preferência na região oeste. Definiu-se
156 também por divulgar o calendário das reuniões à Secretaria Municipal de Assistência Social e
157 demais secretarias, bem como aos conselhos de políticas públicas e de defesa de direitos, a
158 fim de que, em seus planejamentos, já tenham condições de tentar impedir os choques de
159 horários. Assim, o ponto **6. Apreciação do Calendário 2017** deverá ser revisto, considerando
160 a mudança das datas, ficando deliberado pela sua apresentação e aprovação para a reunião
161 do dia treze de dezembro deste ano. Valmirete reforça, ainda, que com a nova gestão e
162 indicação de conselheiros pelo poder público ainda é necessária a indicação de representante
163 governamental para assumir o cargo de primeiro secretário na mesa diretora. **7. Relato de**
164 **Comissões;** Gisele faz o relato sobre a comissão do SCFV, contextualizando sobre as

Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

165 informações de encerramento de oferta do serviço pelas entidades Associação Irmãs de Santa
166 Ana e Comunidade Sagrados Corações (Boa Esperança) em dezembro de dois mil e
167 dezesseis. As metas das entidades são respectivamente vinte e cinco e cinquenta. Refere que
168 houve debate na comissão do serviço, informando que a Funcart manifestou intenção de
169 atender vinte e cinco metas na região leste, em parceria com a entidade Cáritas, no bairro
170 Santa Fé, que a entidade Casa Acolhedora também manifestou interesse em atender trinta
171 metas na região oeste, assim como a Pestalozzi em atender vinte e cinco metas nesta
172 modalidade (absorvendo parte das vagas deixadas pela Boa Esperança). Informa que foi
173 encaminhada correspondência da SMAS com as orientações para finalização de convênio,
174 incluindo processo de articulação com a rede e com as famílias para o menor prejuízo possível
175 aos usuários dos serviços. Gisele pontua sobre os recursos da ALIA, que não realizou convênio
176 para o ano de dois mil e dezesseis e a necessidade de discussão do remanejamento do recurso
177 garantido no orçamento de dois mil e dezessete. Esclarece que há proposta de utilização do
178 recurso pelo Clube de Mães Unidas para oferta de cursos de inclusão produtiva e também do
179 SCFV, contudo, informa que não houve debate mais aprofundado e divulgação mais ampla da
180 possibilidade de abordagem deste tema na data de hoje, sendo apenas sinalizado ao conselho
181 que esta discussão está sendo realizada. Será verificada a possibilidade de ser pautado na
182 próxima reunião. Márcia relembra a necessidade da discussão sobre o aumento do valor do
183 cofinanciamento das metas conveniadas e aumento de metas conveniadas para o SCFV. Após
184 estas discussões aprovou-se o remanejamento das setenta e cinco metas que deixarão de ser
185 ofertadas da seguinte forma: 25 metas para FUNCART (mediante encerramento das atividades
186 da Associação Irmãs de Santa Ana e início no Jardim Santa Fé), 25 metas para a Casa
187 Acolhedora e 25 metas para a Pestalozzi. **8. Declaração CMAS para MDSA;** Tatiane faz a
188 apresentação do ponto que diz respeito ainda à Emenda Parlamentar do Deputado Haully para
189 compra de veículos no valor de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais). Refere a necessidade
190 de aquisição de computadores para complementar o uso do valor uma vez que sobrar recurso
191 após a compra do veículo. Apresenta a necessidade de alteração do plano de aplicação que é
192 aprovado pelo conselho e a leitura de proposta de declaração a ser encaminhada juntamente
193 com as alterações, o que foi aprovado. **9. Informes.** Valmirete informa sobre a necessidade de
194 indicação do CMAS para o Encontro Municipal de Vigilância Socioassistencial. Foi deliberado
195 pela representação através dos conselheiros Juliana Rodrigues e Carlos da Silva. Gisele
196 informa a mudança de local do evento visto o auditório do CCB estar interditado, mas a
197 mudança será confirmada por e-mail. Conselheiro Carlos da Silva fez relato da sua participação
198 no Fórum dos Conselhos e evento de premiação de boas práticas. Valmirete parabeniza o
199 conselheiro pela participação e a defesa pela continuidade das atividades do fórum. Eva faz
200 questionamento da participação de representantes da assistência social no Conselho de
201 Transparência. A reunião é encerrada às doze horas e vinte e três minutos, sendo o que havia
202 a ser relatado, eu, Luana Garcia Campos, 2ª Secretária deste Conselho, redijo a presente
203 ata que será encaminhada para apreciação e aprovação.